

Sector Empresarial do Estado 2022-2023

Lisboa, 27 de novembro de 2024

O relatório hoje publicado pelo Conselho das Finanças Públicas incide sobre a maioria das entidades que compõem o sector empresarial do Estado (SEE). A análise respeita a 86 empresas não financeiras e 6 financeiras representativas das 147 entidades que constituem o SEE.

No universo de estudo considerado, a função acionista exercida pelo Estado, direta ou indiretamente através de empresas por si participadas, abrangia um capital social total de 34,8 mil M€ (13,0% do PIB nacional), menos 400 M€ do que em 2022. No final de 2023, o SEE em análise empregava 160 605 trabalhadores (+0,8% que em 2022) representando 3,2% do emprego nacional e 20,1% do emprego público na classificação da DGAEP. A continuação da recuperação da atividade económica refletiu-se num crescimento do valor acrescentado bruto (VAB) do SEE em 23,5%, passando a representar aproximadamente 4,6% do PIB nacional em 2023.

Em 2023, o SEE apresentou, em relação a 2022, uma recuperação na maioria dos indicadores económicos e financeiros. O volume de negócios agregado das empresas não financeiras do SEE totalizou 15,2 mil M€ em 2023, mais 1,7 mil M€ do que no ano anterior.

Ainda assim, os resultados económicos das empresas não financeiras do SEE continuam a demonstrar um desequilíbrio económico, com um resultado líquido negativo de 790 M€ em 2023. O capital próprio destas empresas aumentou para 16,9 mil M€ em 2023 (+8,2 mil M€ do que em 2022), a beneficiar da recuperação dos resultados transitados, fruto da melhoria dos resultados de várias empresas em 2022. O passivo total reduziu-se em 6,5 mil M€, fixando-se em 48,9 mil M€ em 2023, e o ativo cresceu 1,7 mil M€, para 65,8 mil M€.

Face a 2022, houve uma melhoria significativa dos indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade que alcançaram 25,6% (+12,2 p.p.) e 34,5% (+18,9 p.p.), respetivamente. Esta evolução reforçou a capacidade de endividamento (+36,1 p.p.) e a capacidade de satisfação dos compromissos. No entanto, mesmo com esta recuperação, 29 empresas (30 em 2022) ainda apresentavam capitais próprios negativos, indicando uma situação de falência técnica.

Os sectores da saúde e dos transportes e armazenagem mantiveram-se como os mais representativos das empresas não financeiras do SEE. O sector da saúde foi responsável pelo maior número de trabalhadores, volume de negócios e gastos operacionais relevantes, enquanto o sector dos transportes concentrou a maioria do ativo e do capital social.



O sector das empresas financeiras do Estado registou um resultado líquido de 1 438 M€ em 2023 (+571 M€ do que em 2022). Este desempenho foi impulsionado pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, que beneficiou do contexto favorável das taxas de juro.

Até à data de fecho desta publicação, apenas 75 dos 147 Relatórios e Contas referentes ao SEE em 2023 foram aprovados pela Tutela, evidenciando que uma parte significativa não é aprovada de forma atempada. Essa realidade estende-se a todos os instrumentos de gestão, cujos atrasos continuam a comprometer a eficiência da gestão pública e a limitar o ciclo de responsabilização (*accountability*).

Apesar de melhorias na prestação de informações sobre o SEE e na divulgação da relação do Estado com este sector na Conta Geral do Estado (CGE), persistem limitações significativas. O CFP constata que ainda não existe a disponibilização e divulgação centralizada e oportuna de toda a informação relevante sobre as empresas do SEE. A informação atualmente disponível permanece limitada, o que reforça a necessidade de criar uma fonte única e centralizada que reúna dados atualizados de todas as entidades detidas, direta ou indiretamente, pelo Estado, assegurando acesso público de forma completa. Adicionalmente, não há publicação dos contratos de gestão entre as administrações das empresas públicas e o Estado, o que também compromete a transparência e a responsabilização do sector.

Assessoria de Comunicação: Helena Rua - 211 024 407 - 910 027 932 - helena.rua@cfp.pt